

LÍNGUA PORTUGUESA

- 01.** Marque a oração em que preposição nos parênteses não preenche corretamente a lacuna.
- (A) A notícia ___ que esperávamos surgiria a qualquer instante. (por)
 - (B) O homem ___ que ele deparou era um sábio. (com)
 - (C) O menino ___ que chamamos de gênio resolveu uma equação difícilíssima. (a)
 - (D) A música ___ que lembrei foi um grande sucesso. (de)
 - (E) O risco ___ o qual informaram a população era iminente. (sobre)
- 02.** Aponte a oração em que o verbo foi empregado de forma incorreta.
- (A) Eu me prevines contra acidentes.
 - (B) É preciso que este prédio seja demolido.
 - (C) Neste momento, vimos informar que uma tempestade tropical se aproxima do litoral paulista.
 - (D) Quando ando de bicicleta, sou muito.
 - (E) Quando você vir Maria, diga-lhe que venha para casa.
- 03.** Com relação à concordância, assinale a alternativa correta.
- (A) Devem fazer vinte anos que nasceu.
 - (B) Fazem dez dias que ela viajou.
 - (C) Os candidatos eleitos houveram dos eleitores a aprovação nas urnas.
 - (D) Houveram vários acidentes durante o feriado.
 - (E) Existe mistérios que jamais serão explicados.
- 04.** Assinale a alternativa em que a pontuação está incorreta.
- (A) O acesso livre à internet pode resultar em dois caminhos: primeiro, o da informação correta que contribui para a formação das pessoas; segundo, o da desinformação que é danoso ao aprendizado dos usuários.
 - (B) Ele estuda muito; não foi, porém, aprovado.
 - (C) “Se dirigir, não beba; se beber, não dirija.”
 - (D) Seja para o bem seja para o mal, nem sempre os meios justificam os fins.
 - (E) Quanto mais ele se mexia, mais afundava.
- 05.** Assinale a alternativa em que uma forma verbal foi empregada incorretamente.
- (A) O policial interveio na discussão, evitando a briga.
 - (B) Eu reouve o numerário perdido.
 - (C) Se ele expor sua opinião, poderá ser compreendido.
 - (D) Caso os dois se equivalham, a partida será interessante.
 - (E) Ele creu que venceria.

06. Segundo as regras de concordância, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Gosto de carne ou peixe crus.
- (B) Os alunos aprenderam a primeira e a segunda lições.
- (C) Achei simpático o pai e a mãe.
- (D) Esses doces são os mais saborosos possíveis.
- (E) Os artigos segundo, terceiro e oitavo.

07. Aponte a alternativa que contém os termos que preenchem, correta e respectivamente, as lacunas.

“Para tu ___ ao consultório é preciso que ___ à esquerda quando ___ o posto de combustíveis.”

- (A) vires / vires / veres.
- (B) venhas / vires / vejas.
- (C) vir / vire / ver.
- (D) vires / vires / vires.
- (E) vir / virar / ver.

08. Assinale a alternativa onde a crase foi empregada corretamente.

- (A) As meninas não deram atenção à eles.
- (B) Refiro-me àquele livro de história.
- (C) Não assisto à cenas de violência.
- (D) Solicito à Vossa Excelência que me atenda.
- (E) Fomos à Dracena no feriado passado.

09. Com relação à colocação pronominal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Eu não devo lhe enviar os resultados.
- (B) Havia me informado o ocorrido.
- (C) Parece a mim que ela não vem.
- (D) Eu não devo-lhe encaminhar os relatórios.
- (E) Havia comunicado-me o ocorrido.

10. Leia as orações abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Pode usar a **minha** blusa se quiser.
- II. Eu gostaria que usasse **esta** mochila.

Os pronomes em destaque são, respectivamente,

- (A) demonstrativo e possessivo.
- (B) possessivo e relativo.
- (C) possessivo e demonstrativo.
- (D) demonstrativo e relativo.
- (E) relativo e demonstrativo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, **EXCETO**:

- (A) Erradicar a pobreza e a marginalização.
- (B) Reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (C) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (D) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (E) Prevalência dos direitos humanos.

12. Não é direito expressamente previsto no art. 5º da Carta Política de 1988:

- (A) Acesso à informação e sigilo da fonte.
- (B) Livre a locomoção no território nacional em tempo de paz.
- (C) Direito de propriedade.
- (D) Duplo grau de jurisdição.
- (E) Direito de herança.

13. A Seguridade Social é formada por:

- (A) Saúde, Previdência Social e Assistência Social.
- (B) Educação, Previdência Social e Saúde.
- (C) Trabalho, Saúde e Assistência Social.
- (D) Saúde, Educação, Previdência Social e Assistência Social.
- (E) Trabalho, Saúde, Educação, Previdência Social e Assistência Social.

14. Em sede de controle de constitucionalidade, analise as proposições abaixo:

I. Na ação direta de inconstitucionalidade, a medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito ex

nunc, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.

II. Na ação direta de inconstitucionalidade, em caso de excepcional urgência, o Tribunal poderá deferir a medida cautelar sem a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.

III. Na ação direta de inconstitucionalidade, o relator, julgando indispensável, ouvirá o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República, no prazo de três dias.

IV. Na ação direta de inconstitucionalidade, havendo pedido de medida cautelar, o relator, em face da relevância da matéria e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica, poderá, após a prestação das informações, no prazo de dez dias, e a manifestação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República, sucessivamente, no prazo de cinco dias, submeter o processo diretamente ao Tribunal, que terá a faculdade de julgar definitivamente a ação.

V. Na ação direta de inconstitucionalidade, a concessão da medida cautelar, em regra, não torna aplicável a legislação anterior acaso existente, uma vez que o sistema de controle brasileiro não adota o instituto da repristinação.

Está **INCORRETO**:

- (A) I, II e III
- (B) V
- (C) IV
- (D) I e V
- (E) II e IV

15. A decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos:

- (A) 5 (cinco) ministros.
- (B) 6 (seis) ministros.
- (C) 7 (sete) ministros.
- (D) 8 (oito) ministros.
- (E) 9 (nove) ministros.

16. Analise as proposições abaixo:

I. Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

II. A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

III. As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

IV. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país sessenta dias depois de oficialmente publicada.

V. Consideram-se adquiridos os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

Está **INCORRETO**:

- (A) V
- (B) IV
- (C) III
- (D) II
- (E) I

17. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

(A) Aequidade, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário, a analogia.

(B) Os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário, a analogia, a equidade.

(C) Os princípios gerais de direito tributário, a analogia, os princípios gerais de direito público, a equidade.

(D) A analogia, a equidade, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário.

(E) A analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público, a equidade.

18. Em matéria tributária, o emprego da analogia e da equidade não poderá resultar, respectivamente:

(A) Na exigência de tributo não previsto em lei e na dispensa do pagamento de tributo devido.

(B) Na dispensa do pagamento de tributo devido e na exigência de tributo não previsto em lei.

(C) Na definição dos respectivos efeitos tributários e na dispensa do pagamento de tributo devido.

(D) Na dispensa do pagamento de tributo devido e na definição dos respectivos efeitos tributários.

(E) Na dispensa de efeitos tributários e na extinção do efeito retroativo.

19. Em sede de direito tributário, analise as proposições abaixo:

I. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto: a) à capitulação legal do fato; b) à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos; c) à autoria, imputabilidade, ou punibilidade; d) à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

II. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: a) suspensão ou exclusão do crédito tributário; b) outorga de isenção; c) dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

III. Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, bem como para definição dos respectivos efeitos tributários.

IV. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

V. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

Está **INCORRETO**:

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) IV
- (E) V

20. A moratória:

- (A) Suspende o crédito tributário
- (B) Exclui o crédito tributário
- (C) Extingue o crédito tributário
- (D) Repristina o crédito tributário
- (E) Tredestina o crédito tributário

21. Em sede de direito do consumidor, analise as proposições abaixo:

I. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação prescreve em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

II. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação prescreve em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

III. Inicia-se a contagem do prazo prescricional a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

IV. obsta a prescrição a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca, ou a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.

V. Tratando-se de vício oculto, o prazo prescricional inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

Está **CORRETO**:

- (A) I, II, III, IV e V
- (B) I, II, III e IV
- (C) Nenhuma
- (D) III e V
- (E) V

22. Em matéria de consumidor, a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria, prescreve em:

- (A) Dez anos
- (B) Sete anos
- (C) Cinco anos
- (D) Quatro anos
- (E) Três anos

23. Em sede de responsabilidade civil do Estado, analise as proposições abaixo:

I. A teoria da irresponsabilidade estatal (até 1873) era fundamentada na inerrância do governante, resumida na frase “*o rei não erra*” (The King can do no wrong ou *le roi ne peut mal faire*).

II. Entre 1874 até 1946 teve assento a teoria da responsabilidade subjetiva do Estado, devendo a vítima comprovar quatro requisitos: a) ato; b) dano; c) nexa causal; d) culpa ou dolo.

III. De 1947 até os dias atuais, vigora a teoria da responsabilidade objetiva do Estado, consubstanciada na noção de risco administrativo. É dizer, quem presta um serviço público assume o risco dos prejuízos que eventualmente causar, independentemente de culpa ou dolo.

IV. A teoria da responsabilidade objetiva do Estado transfere o debate sobre culpa ou dolo para a ação regressiva.

V. A Constituição Federal de 1988, em sede de responsabilidade civil do Estado, não adotou a teoria da imputação volitiva de Otto Gierke.

Está **INCORRETO**:

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) IV
- (E) V

24. É tipo de licitação:

- (A) Concurso
- (B) Leilão
- (C) Tomada de preço
- (D) Técnica e preço
- (E) Convite

25. Em sede de licitação, analise as proposições abaixo:

I. É dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

II. É dispensável a licitação quando houver inviabilidade de competição.

III. Nos casos em que couber convite, a Administração não poderá utilizar a tomada de preços.

IV. Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

V. É vedada a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das já existentes.

Está **CORRETO**:

- (A) I e II
- (B) IV e V
- (C) III e V
- (D) I e V
- (E) II

26. Em sede de contrato administrativo, analise as proposições:

I. Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

II. Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo as exceções legais.

III. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a R\$ 4.000,00 (quatro mil) reais.

IV. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

V. A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

Está **CORRETO**:

- (A) I, II, III, IV e V
- (B) I, II, III e IV
- (C) I, II e III
- (D) I, II
- (E) I

27. Em sede de contrato administrativo, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até:

- (A) 5% (cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- (B) 10% (dez por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- (C) 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- (D) 20% (vinte por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- (E) 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

28. No que toca aos contratos administrativos, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos até o limite de:

- (A) 50% (cinquenta por cento)
- (B) 45% (quarenta e cinco por cento)
- (C) 35% (trinta e cinco por cento)
- (D) 30% (trinta por cento)
- (E) 25% (vinte e cinco por cento)

29. Em sede de licitação, da sentença cabe apelação, interponível no prazo de:

- (A) 3 (três) dias
- (B) 5 (cinco) dias.
- (C) 10 (dez) dias
- (D) 15 (quinze) dias
- (E) 20 (vinte) dias

30. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal nos estados e municípios não poderá exceder, da receita corrente líquida respectiva:

- (A) 50% (cinquenta por cento)
- (B) 40,9 (quarenta vírgula nove por cento)
- (C) 60% (sessenta por cento)
- (D) 70% (setenta por cento)
- (E) 95% (noventa e cinco por cento)

31. Em sede de pregão, analise as proposições apresentadas:

- I. É vedada a exigência de garantia de proposta.
- II. É vedada a exigência de aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
- III. É vedada a exigência de pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.
- IV. O prazo de validade das propostas será de 30 (trinta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
- V. Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Está **INCORRETO**:

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) IV
- (E) V

32. De acordo com a Lei Orgânica do Município, são crimes de responsabilidade os atos do Prefeito que atentarem contra a Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município, e especialmente contra:

- I. A existência do Município.
- II. O livre exercício da Câmara Municipal e das entidades representativas da população.
- III. O exercício de direitos políticos, individuais e sociais.
- IV. A probidade na Administração.
- V. A lei orçamentária.

É **CORRETO**:

- (A) I
- (B) I e II
- (C) I, II e III
- (D) I, II, III e IV
- (E) I, II, III, IV e V

33. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, caracteriza o crime de:

- (A) Concussão
- (B) Excesso de exação
- (C) Peculato
- (D) Improbidade
- (E) Corrupção passiva

34. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, caracteriza o crime de:

- (A) Concussão
- (B) Prevaricação
- (C) Advocacia administrativa
- (D) Corrupção ativa
- (E) Corrupção passiva

35. Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio é crime de:

- (A) Desobediência
- (B) Usurpação de função pública
- (C) Resistência
- (D) Desacato
- (E) Corrupção ativa

36. Aponte a alternativa **INCORRETA**:

- (A) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá ser iniciado.
- (B) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- (C) autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- (D) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- (E) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou parente em linha colateral até o 3º grau.

37. Em sede de prescrição e decadência no âmbito civil, analise as proposições apresentadas:

I. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

II. Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.

III. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.

IV. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

V. A exceção prescreve com prazo em dobro ao da pretensão.

Está **INCORRETO**:

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) IV
- (E) V

38. Em sede de direito civil, não corre a prescrição:

I. Entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

II. Entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.

III. Entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.

IV. Contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.

Está **CORRETO**:

- (A) III e IV
- (B) I e II
- (C) I, II, III e IV
- (D) I, II, III, IV e V
- (E) I, II, III e V

39. Nos termos da Lei 4.320/64, analise as proposições abaixo:

I. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

II. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto legislativo.

III. Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

IV. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do poder executivo, que deles dará imediato conhecimento ao poder legislativo.

V. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.

Está **INCORRETO**:

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) IV
- (E) V

40. Com base na Lei 4.320/64, analise as proposições abaixo:

I. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

II. O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

III. É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

IV. Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.

V. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

Está **INCORRETO**:

- (A) I, II e III
- (B) III
- (C) Nenhuma
- (D) IV e V
- (E) V

PROVA DISSERTATIVA

- Evite rasurar o texto da prova dissertativa – a folha é única e não será substituída.
- Redija o texto definitivo a caneta.
- Não escreva seu nome no texto definitivo, nem o assine.
- Faça a sua prova dissertativa, **que deverá ter no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.**
- A prova dissertativa será anulada se:
 - fugir do tema ou da delimitação proposta;
 - for ilegível;
 - for escrita em língua estrangeira.

TEXTOS DE APOIO:

A **Constituição Federal**, ao estabelecer as regras gerais para a Educação no Brasil, determina:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

A **Lei Orgânica do Município de Igarapu do Tietê**, do artigo 199 ao artigo 210 trata exclusivamente da Educação. O artigo 201 diz:

O Município responsabilizar-se-á, prioritariamente, pelo atendimento, em creches e pré-escolas, às crianças de zero a seis anos de idade, e pelo ensino fundamental inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria só podendo atuar nos níveis mais elevados de educação quando a demanda nestes níveis estiver plena e satisfatoriamente atendida, do ponto de vista qualitativo e quantitativo.

Parágrafo Único – O não oferecimento pelo Poder Público Municipal do ensino obrigatório e gratuito, referido no “caput” deste artigo, e na ordem de prioridades estabelecidas em número de vagas suficientes e qualidade adequada, importará responsabilidade do Chefe do Poder Executivo.

A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei 9.394/96), num dos parágrafos do artigo 5º, é ainda mais punitiva:

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

A **Lei Federal 13.005/2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, estabelece dentre as 20 metas, a primeira de todas:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré- escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

